

# **O PESQUISADOR E A LÓGICA HISTÓRICA: CONTRIBUIÇÕES DO HISTORIADOR E. P. THOMPSON PARA A PESQUISA EM EDUCAÇÃO**

**HOSTINS**, Regina Célia Linhares - UFSC/UNIVALI/SC

**GT:** História da Educação / n.02

**Agência Financiadora:** CNPq

## **1 Introdução**

Esse estudo busca realizar uma discussão de natureza teórico-metodológica, que não se restringe ao campo da história, ou da história da Educação, mas expressa uma preocupação própria dos pesquisadores em Ciências Humanas e Sociais que usualmente se colocam diante de dilemas ao examinar acontecimentos complexos como o processo histórico. Seus esforços teórico-metodológicos, se não observada a necessária vigilância ontológica e epistemológica, podem resultar num apego espontâneo e instrumental às aparências, ou, ao contrário, revelar uma construção abstrata de hipóteses autoconfirmadoras que dispensam o controle empírico.

Parece apropriado pensar questões dessa natureza, notadamente na Educação, que, no embate entre teoria e empiria, se vê influenciada pelo movimento gradativo de supressão da teoria nas pesquisas educacionais e de favorecimento da formação de competências práticas.

Desse modo, algumas indagações conduzem o presente trabalho e são parte das preocupações de todo pesquisador que busca respostas para as dificuldades que se colocam quando empreende sua atividade de investigação do processo histórico: Terá a história uma lógica de demonstração, uma coerência disciplinar? Como o pesquisador procede à leitura e à interpretação do evento histórico que está sempre em movimento e se manifesta de modo contraditório? Como lida com os materiais históricos? Como interroga as evidências e qual o conteúdo dessas interrogações? Com que tipo de fontes trabalha e qual sua relação com elas? Como vai construindo suas hipóteses e categorias de análise? De que modo o conceito e as evidências se relacionam?

Nessa perspectiva, o propósito do trabalho é reconstituir o modo segundo o qual o historiador Edward Thompson conduziu seu trabalho de investigação histórica; para tanto vale-se da análise das obras *A miséria da teoria ou um planetário de erros* (1981) e *A formação da classe operária inglesa* (1997; 1988; 1989). Busca estabelecer uma relação

didática entre alguns pressupostos teórico-metodológicos defendidos pelo autor na primeira obra – fundamentado no materialismo histórico - e a materialização desses conceitos no minucioso processo de investigação por ele empreendido em *A formação da classe operária inglesa* - um dos seus principais trabalhos de pesquisa histórica - no qual analisa o processo de formação dessa classe, no período de 1780 a 1832.

Na obra *A miséria da teoria ou um planetário de erros* (1981), notadamente no capítulo intitulado *Intervalo: a lógica histórica*, Thompson se propõe a desenvolver, em defesa do materialismo histórico, algumas proposições que definem a *lógica histórica*. Trata-se de um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, pois possibilita o estudo dos fenômenos em movimento e exige constantes modificações nos seus procedimentos de análise, para captar os movimentos do evento histórico. Essa lógica evidencia-se no modo como Thompson conduz a investigação, no “diálogo” que estabelece com a empiria, especialmente na pesquisa que desenvolveu sobre a formação da classe operária inglesa, na qual examina seu “autofazer-se” como um processo ativo que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos sociais.

A escolha por E. P. Thompson não foi aleatória. Além do seu talento, sua paixão e intelecto que o conduzem a pensar, analisar e redigir a história de um modo diverso, chama atenção a atitude crítica do pesquisador diante das evidências, sua compreensão acerca do necessário embate entre a teoria e a empiria no processo de produção do conhecimento, sua crítica à noção de que a Teoria tenha uma sede independente da realidade, ou ainda, à idéia inversa de que a empiria, por si mesma, pode revelar espontaneamente sua significação. Tais atitudes são extremamente valiosas para os pesquisadores que, nos dias atuais, têm sido cada vez mais seduzidos - ou pressionados - à manipulação formalista do empírico e à construção de teorias que se justifiquem por sua adequação empírica e por sua utilidade instrumental.

## **2 Que princípios norteiam o trabalho do pesquisador?**

A análise do conjunto de proposições defendidas por Thompson, e sua expressão no trabalho de investigação por ele empreendido, permite situá-lo no grupo dos pensadores de

tradição marxista, que, nos seus estudos, sublinham a primazia da ontologia na constituição e compreensão do processo histórico<sup>1</sup>.

Isto significa dizer que, para ele, a história real existe independente de qualquer esforço cognitivo do sujeito e que quaisquer categorias ou conceitos empregados pelo materialismo histórico só podem ser compreendidos como categorias históricas, isto é, categorias ou conceitos próprios para a investigação de processo, de uma realidade que não é passível de representação conceitual estática, mas que deve ser interrogada na sua irregularidade e contradição.

O autor questiona a idéia de que o materialismo histórico tenha “uma sede textual autoconfirmadora”. “A pátria da teoria marxista continua onde sempre esteve, enfatiza ele, no objeto humano real, em todas as suas manifestações (passadas e presentes)” (1981, p. 55). É certo que a construção de conceitos históricos não é privilégio do materialismo histórico. Todavia, o pesquisador, ao empregar conceitos generalizados pela lógica – tal como exploração, hegemonia, luta de classes – deve procurar confrontá-los com as evidências, não tanto como modelos, ou regras fixas, mas antes como “expectativas”, uma vez que os acontecimentos reais, dadas suas irregularidades, não obedecem a regras.

Esse confronto consiste, efetivamente, num diálogo entre conceito e evidência. Diálogo que o pesquisador vai conduzindo mediante a proposição de hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro. “O interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é uma hipótese (por exemplo, quanto à maneira pela qual os diferentes fenômenos agiram uns sobre os outros); o interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas”, conclui Thompson (1981, p. 49).

Para ele, nenhuma categoria histórica foi mais des-historicizada e congelada do que a categoria “classe social”. Devido ao seu emprego indiscriminado no universo intelectual mais abrangente - que lhe impõe sua lógica própria – a “classe social” foi, de certo modo, reduzida a uma categoria estática. Considera que a noção de classe é construída por homens e mulheres a partir de sua própria experiência de luta, e não numa estação

---

<sup>1</sup> Nessa corrente de pensamento situam-se Bhaskar, Lukács e autores como: Searle, Salmon, Kripke, Hacking, entre outros.

experimental e nem tampouco se reduz “a um efeito de estrutura ulterior” (1981, p. 57) dos quais os homens não são os sujeitos, mas apenas seus vetores.

“Não vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, afirma Thompson (1997, p. 9) mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas”. A classe como definição só pode ser entendida através do tempo e implica em ação e reação, mudança e conflito. E é esse pressuposto que norteia seu trabalho de investigação, quando busca analisar a experiência de formação da classe operária inglesa. Examina a experiência construída por grupos de profissionais, que articulam a identidade de interesses entre si, contra outros homens, cujos interesses diferem daqueles, durante um período adequado de mudanças sociais – 1780 a 1832 –, observando padrões em suas relações, idéias, tradição, valores e instituições.

Para o autor, as regularidades nas relações e idéias de homens e mulheres, operando durante um expressivo período histórico e unificando acontecimentos desconectos, são a expressão da experiência de classe como fenômeno histórico. É exatamente a concepção de classe social como fenômeno histórico, que foge a qualquer construção teórica pejorativa, a matriz orientadora da pesquisa de Thompson em *A formação da classe operária inglesa*. Duas questões centrais são apontadas pelo autor no prefácio do Volume I (1997) e podem ser observadas - ou não sendo explicitadas - em todo o corpo da pesquisa:

1. Trata-se de “um estudo sobre um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos” (1997, p. 9). Quer dizer, ao falar da formação ou do *making*<sup>2</sup>, o autor quer enfatizar o movimento de “autofazer-se” das classes sociais ao longo da história. Desse modo, vai trabalhando a hipótese de que a classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada e coloca em questão a idéia tradicionalmente aceita de que esta tenha sido formada pela pressão de forças exteriores agindo sobre seres passivos e indiferenciados. Defende um pressuposto fundamental do materialismo histórico que aponta “a ambivalência crucial de nossa presença humana em nossa própria história, parte sujeitos e parte objetos, agentes voluntários de nossas próprias determinações involuntárias” (1981, p. 101).

---

<sup>2</sup> O título original da obra é *The making of the english working class*. Ao substantivar o gerúndio do verbo *to make*, o autor intenciona enfatizar esse processo histórico de constituição da classe.

2. A noção de classe traz consigo a noção de relação histórica e, por assim o ser, precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais. “Estamos falando de homens e mulheres em sua vida material, em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações e em sua autoconsciência dessa experiência” (1981, p.111). Para Thompson, a experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção. O mesmo não ocorre, todavia, com a consciência de classe que representa o modo como essas experiências são tratadas na cultura: “encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais” e por isso mesmo “ surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma” assegura ele (1997, p. 10). Por essa razão, está convencido de que a classe deve ser compreendida como uma “formação social e cultural”, cujos processos só podem ser estudados quando operam durante um considerável período histórico.

Ao selecionar os temas e a periodização histórica - 1780 a 1832 - o autor “estava ciente de, por vezes, escrever contra o peso de ortodoxias predominantes” (1997, p. 12) que, na sua maioria, resgatam experiências e memórias dos vitoriosos e tendem a obscurecer a atuação da “gente comum” na construção da história. “Os becos sem saídas, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos”, enfatiza Thompson (1997, p.13). E ironicamente afirma: “Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro ludista, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual, o artesão ‘utópico’ e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade” (1997, p.13).

Tal posicionamento permite compreender uma das proposições defendidas por Thompson (1981) quanto à *lógica histórica*. Ele nos diz que “o objeto do conhecimento histórico é a história ‘real’, cujas evidências devem ser necessariamente incompletas e imperfeitas”. Isso quer dizer que os historiadores podem selecionar essa ou aquela evidência, propor novas perguntas, escrever uma história isolada do todo, mas isso não significa que os próprios acontecimentos passados se modifiquem, nem tampouco que sejam um agregado de histórias separadas. Embora a definição do processo histórico surja em resposta à pergunta formulada, esta não inventa o processo e não pode modificar o “*status ontológico*” do passado.

*A formação da Classe operária inglesa* está escrita em três volumes. O *Volume I - A árvore da liberdade* - trata de recuperar e compreender o sentido das tradições populares vigentes no século XVIII, que, longe de parecerem experiências desconectadas, guardam relações que foram determinantes para a organização das agitações jacobinas dos anos 1790. No *Volume II - A maldição de Adão* - o autor nos apresenta, com detalhes, a experiência da mudança de vida de alguns grupos de trabalhadores, a partir da presença ameaçadora da fábrica em plena revolução industrial e destaca a expressão cultural e política da consciência de classe operária, advinda dessas experiências. No último volume conhecemos a *força dos trabalhadores*, os quais, mediante a imposição do silêncio, mediante a censura e a repressão das classes dominantes, tecem na clandestinidade suas experiências, produzindo a história do radicalismo plebeu até o momento heróico de manifestação de uma tentativa de revolução democrática. Cada um desses acontecimentos, amplamente separados no tempo e no espaço, parecendo “histórias” separadas, revela uma experiência unitária que mantém regularidades que se podem definir como o processo histórico.

E como esse processo ativo, encarnado em pessoas e contextos reais, vai se mostrando, se explicitando na tecitura da pesquisa do autor? Procurarei, na seqüência, destacar, na obra, o modo como Thompson estabelece o dialogo disciplinado entre o conceito e as evidências, expressando a dialética do conhecimento histórico, pautado na idéia de que toda teoria surge de engajamentos empíricos e deve manter seu compromisso com as propriedades determinadas da evidência.

## **2 Como o pesquisador conduz seu diálogo com as evidências?**

No volume I da *Formação da Classe Operária Inglesa* (1997) Thompson critica a tese comumente aceita por alguns historiadores, de que os acontecimentos na Inglaterra, na década de 1790, foram reflexo da Revolução Francesa, nas suas tradições dissidentes e libertárias. Para ele, a Revolução pode ter sido um dos elementos que precipitaram a formação da classe operária inglesa, no entanto, essas tradições recuam muito na história e estão muito mais ancoradas nas ancestrais tradições de artesãos e artífices urbanos ingleses, que nos “tempestuosos relâmpagos da Bastilha”. As tradições populares vigentes

no séc. XVIII influenciaram a agitação jacobina de 1790, que, por sua vez, assumiu grandes e intensas proporções.

Alterou [ tal agitação] as atitudes subpolíticas do povo, afetou os alinhamentos de classe e iniciou tradições que se prolongam até o século atual. Não foi uma agitação sobre os acontecimentos franceses, embora eles tenham inspirado e também prejudicado. Foi uma agitação inglesa, de dimensões impressionantes, por uma democracia inglesa. (1997, p. 111).

Em toda sua obra, Thompson procura discutir algumas hipóteses já consagradas pela historiografia, as quais em grande parte tendem a obscurecer a atuação dos trabalhadores no “fazer-se da história”. Esse procedimento pode se vincular a uma de suas proposições teóricas quando propõe que a investigação histórica como processo, conduz a noções de causação, de contradição, de mediação e de organização de vida social, política, econômica e intelectual. Essas noções pertencem à teoria histórica e para mostrarem-se operacionais devem ser remetidas a um “diálogo disciplinado” com as evidências.

A prática histórica está, acima de tudo, empenhada nesse tipo de diálogo, que compreende: um debate entre, por um lado, conceitos ou hipóteses recebidos, inadequados ou ideologicamente informados, e, por outro, evidências recentes ou inconvenientes; a elaboração de novas hipóteses; o teste dessas hipóteses face às evidências, o que pode exigir o interrogatório das evidências existentes, mas de novas maneiras, ou uma renovada pesquisa para confirmar ou rejeitar as novas noções; a rejeição das hipóteses que não suportam tais provas e o aprimoramento ou revisão daquelas que as suportam, à luz desse ajuste. (THOMPSON, 1981, p. 54).

Ensina o autor que cada pesquisador pode fazer novas perguntas à evidência histórica e que pode haver discordância de ponto de vista ideológico entre os historiadores, mas isso não põe em questão, de modo algum, a determinação objetiva da evidência.

A hipótese central da *Maldição de Adão* (1988) - Vol. II compõe-se de uma argumentação que busca desconstruir uma concepção clássica, tanto literária quanto histórica, na qual estão incluídos conservadores, radicais e socialistas, que estabelece uma relação direta e linear entre a criação do sistema fabril na Revolução Industrial e a formação da nova classe operária. Quer dizer, nessa concepção tradicional, a tecelagem, modelo pioneiro do sistema fabril, foi responsável não só pela larga produção de mercadorias, como também, pelo próprio movimento trabalhista.

Thompson afirma que não se pode assumir essa correspondência excessivamente direta, pois ao destacar “o caráter inovador das tecelagens”, pode-se menosprezar as

tradições políticas e culturais determinantes na constituição das comunidades da classe operária.

Os operários, longe de serem os ‘filhos primogênitos da revolução industrial’, tiveram nascimento tardio. Muitas de suas idéias e formas de organização foram antecipadas por trabalhadores domésticos, como os que trabalhavam com a lã em Norwich e em regiões do oeste, ou os tecelões de aviamentos em Manchester. (1988, p. 16).

Essa perspectiva de análise possibilita apreender o sentido e o significado do papel ativo de homens reais (trabalhadores domésticos, sapateiros, tecelões, seleiros...) na formação de uma classe, a partir do crescimento de uma identidade de interesses entre si. E mais, nos indica o entendimento de que a construção dessa identidade está pautada tanto nas relações econômicas, como políticas e culturais, produzidas por uma tradição radical - popular anterior à Revolução Industrial.

Para o autor, não foi o sistema fabril que gerou espontaneamente a classe operária. Este contribuiu, com sua nova disciplina, para a intensificação ou para a transparência do processo de exploração, para a coesão social e cultural do explorado e para a intensificação da opressão política.

Na *Força dos trabalhadores* - Vol. III, o relato histórico do pesquisador está centrado no resgate das experiências vividas pelos trabalhadores na tradição clandestina, sob a hipótese de que:

[...] o radicalismo popular não se extinguiu quando foram dissolvidas as sociedades de correspondência, suspenso o *habeas corpus* e proscritas todas as manifestações ‘jacobinas’. Ele simplesmente perdeu coesão. Foi emudecido por anos de censura e intimidação. Perdeu sua imprensa, perdeu sua expressão organizada, perdeu seu próprio senso de direção. Mas lá persiste, como uma presença palpável, durante toda a Guerra. (1989, p. 9).

Aqui se pode apreender o cuidado do pesquisador ao ler o sinal do silêncio, a reconstrução consistente de uma história, a partir de “uma presença não coesa”(THOMPSON, 1989, p. 9). E o faz avaliando pequenas evidências preservadas sobre a clandestinidade, criticando algumas fontes históricas e examinando a tradição sindical semi-legal.

Este investimento no não palpável e evidente fundamenta-se na compreensão de que “qualquer momento histórico é ao mesmo tempo resultado de processos anteriores e um índice da direção de seu fluxo futuro” (THOMPSON, 1981, p. 58). Então, esse momento

histórico, fortemente marcado pela censura, não representa para o historiador um tempo social isolado, nele se encontram contradições e ligações, elementos subordinados e vinculados às experiências anteriores que podem revelar, na clandestinidade, a continuidade de experiências de resistência e organização de uma classe, circunstâncias que pesquisas históricas anteriores podem ter desconsiderado.

“O que resta fazer é interrogar os silêncios reais, através do diálogo do conhecimento. E, à medida que esses silêncios são penetrados, não cosemos apenas um conceito novo ao pano velho, mas vemos ser necessário reordenar todo o conjunto de conceitos”, afirma Thompson (1981, p. 185).

A preocupação do autor com uma análise, “sempre encarnada, em pessoas e contextos reais” (1997, p.10), tratada anteriormente, é uma evidência bem presente em seu trabalho de investigação. No Volume I - *A árvore da liberdade* (1997), por exemplo, podem-se destacar momentos nos quais o autor procura descrever com minúcias as características dos personagens, as circunstâncias e o contexto onde viviam:

O primeiro encontro da sociedade londrina [ Sociedade Londrina de Correspondência] ocorrera dois meses antes, numa taverna nos arredores da *Strand* ('O Sino', em *Exeter Street*), com a presença de nove 'homens bem intencionados, sóbrios e industriais'. Mais tarde, seu fundador e primeiro secretário, Thomas Hardy, rememorava o encontro:

*Após terem jantado pão, queijo e cerveja, como de hábito, e fumado seus cachimbos com um pouco de conversa sobre a dureza dos tempos e o alto preço de todas as coisas necessárias à vida... veio à tona o assunto que ali os reunira - a Reforma Parlamentar -, um tema importante a ser tratado e deliberado por tal tipo de gente.* (THOMPSON, 1997, p. 15).

Hardy certamente era um artesão. Nascido em 1752, foi aprendiz de sapateiro em *Stirlingshire*, teve mostras do novo industrialismo como pedreiro na Fundação de Ferro Carron (quase morreu quando despencou o andaime onde trabalhava, na casa de Roebuck, o mestre de fundição); e veio jovem para Londres, logo antes da Guerra Americana. Lá trabalhou num desses numerosos ofícios em que o artesão aspira a se tornar independente e, com sorte, a se tornar ele mesmo um mestre - tal como finalmente aconteceu com Hardy. (THOMPSON, 1997, p. 18).

Chama atenção no trabalho de Thompson, não só os diferentes tipos de fontes utilizadas, como também a leitura e a interpretação que faz dessas fontes. As memórias de líderes como Thomas Hardy (1997, p.15), o diário de John Wesley (1997, p. 35); as petições de alguns trabalhadores (1997, p. 70); as Atas das reuniões da Sociedade Londrina de Correspondência (1997, p. 134/170), além de outras fontes históricas, possibilitaram o

resgate da história de sujeitos, seus ofícios, suas tradições, seus ideais, suas aspirações em tempos de forte perturbação social. E é o trabalho com o conceito de experiência a mais importante característica dessa obra.

Para Thompson, a experiência é gerada na vida material e estruturada em termos de classe. Nessa concepção, homens e mulheres atuam como sujeitos, não exatamente como sujeitos autônomos, mas

[...] como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p. 182).

Na *Maldição de Adão* - Vol. II (1988) e na *Força dos Trabalhadores* - Vol. III (1989), pode-se observar a preocupação do historiador com as experiências tecidas na vida material dos trabalhadores ingleses. Resgatando a experiência de grupos de trabalhadores durante a Revolução Industrial, dentre eles os tecelões (1988, p. 117-178), Thompson dá especial relevância à descrição de seus modos de vida anterior e posteriormente ao advento da Revolução e critica a postura assumida por alguns historiadores quando classificam como decadente a experiência dos tecelões manuais a partir da industrialização:

[...] ao se ler a frase ‘decadência dos tecelões manuais’ deixa-se de perceber a dimensão da tragédia que ocorreu. As comunidades têxteis estavam literalmente se extinguindo - algumas delas, na região oeste e no Pennines, tinham entre 300 e 400 anos de existência, e outras, de fundação muito mais recente, possuíam mesmo assim tradições e padrões culturais próprios. [...] Antes que chegassem a esta época de agonia, as antigas comunidades de tecelões ofereciam um modo de vida que seus membros preferiam sem vacilação aos padrões materiais mais elevados das cidades fabris. (THOMPSON, 1988, p. 145).

No Vol. III (1989), conhecemos com detalhes as características de inúmeros líderes da clandestinidade, suas condições físicas, os lugares em que se reuniam, os depoimentos dos espiões, a identificação de alguns jornalistas e organizações com a propaganda radical, seus pontos de vista, suas maneiras de “unir num discurso comum o tecelão, o mestre e o operário do estaleiro”. (p. 343).

Tal posicionamento indica num sentido bastante crítico um compromisso em estabelecer um diálogo com as evidências, de analisar seus pontos e contrapontos, suas teses e contra-teses. “Na medida em que uma tese (o conceito ou hipótese) é posta em

relação com suas antíteses (determinação objetiva não-teórica) e disso resulta uma síntese (conhecimento histórico), temos o que poderíamos chamar de dialética do conhecimento histórico”. (1981, p. 54).

A contradição como categoria de análise explicita-se em toda a pesquisa de Thompson. Em alguns eventos históricos por ele analisados, essa compreensão se torna bem evidente. No Volume I (1997), por exemplo, destaco os fenômenos dos motins e das turbas; no Volume II (1988), o peso da religião metodista junto ao operariado e, no Volume III (1989), a cultura intelectual radical na relação alfabetizados/analfabetos.

Uma das tradições subpolíticas que mais afetam o movimento operário inicial é o fenômeno dos motins e das turbas. Para analisá-lo o historiador adverte quanto a necessidade de se realizarem “mais estudos sobre as atitudes sociais de criminosos, soldados e marinheiros, e sobre a vida de taberna” como também para a necessidade de “olhar as evidências com olhos não moralizadores” (p. 61). Para ele o termo “turbas” tem sido usado de forma demasiado desleixada pelos historiadores, “para escapar às análises ulteriores, ou ainda, numa atitude preconceituosa, sugerindo elementos criminosos motivados pela ânsia de saques” (1997, p.65).

Na Inglaterra do Século 18, as ações turbulentas assumiam duas formas diferentes: a de uma ação direta popular mais ou menos espontânea, e a da utilização deliberada da multidão como instrumento de pressão, por pessoas ‘acima’ ou à parte da multidão. A primeira forma não recebeu a atenção que merece. Ela se baseava em bases populares mais articuladas e era legitimada por tradições mais sofisticadas do que sugere a palavra ‘motim’. O exemplo mais comum é o levante pelo pão ou pelo alimento [...]. Ele vinha legitimado pelos pressupostos de uma economia moral mais antiga, que ensinava ser imoral qualquer método desonesto de aumentar o preço dos alimentos, para se aproveitar das necessidades do povo. (1997, p. 65-66).

Na seqüência de sua argumentação, o historiador vai revelando os acontecimentos reais através de variados exemplos, fornecidos pelas mais diferentes fontes. Observa-se assim, um mergulho, por um momento, nas mais amplas generalizações e, no momento seguinte, nas particularidades de algum caso especial. Afinal, como afirma Thompson (1981, p.57), “a história não conhece verbos regulares”:

Os motins por alimentos às vezes eram tumultuados, como o ‘Grande Motim do Queijo’ na Feira do Ganso em *Nottingham*, em 1764, quando queijos inteiros rolaram pelas ruas; ou o motim na mesma cidade, em 1788, provocado pelo alto preço da carne, quando as portas e venezianas dos açougues foram arrancadas e incendiadas juntamente com os livros de contas dos açougueiros, na praça do mercado. Mas mesmo essa violência mostra um motivo mais complexo que a fome: os varejistas eram punidos pelos seus preços e pela má qualidade da carne. No mais das vezes as

turbas mostravam autodisciplina, com um modelo habitual de comportamento. (1997, p .67).

Ao considerar apenas essa forma de ação ‘turbulenta’, chegamos a complexidades insuspeitas, pois, por trás de cada forma de ação popular direta como esta, pode-se encontrar alguma noção de direito que a legitima. (1997, p. 72).

Ao procurar discutir as diversas facetas de um mesmo evento, colocando sempre em questão o perigo das generalizações que não se sustentam no confronto com a empiria, o historiador vai nos mostrando, não uma verdade teórica acabada, mas um “conhecimento em desenvolvimento”, que indica apenas aproximações e provisoriedade. Esse conhecimento não se dá antecipadamente, buscando confirmação na empiria. Ele se desenvolve num diálogo e sua maneira de demonstração é conduzida numa certa regularidade, nos termos de uma “lógica histórica”, que deve “estar implícita em cada confronto empírico, e explícita na maneira pela qual o historiador se posiciona ante as evidências e nas perguntas propostas”. (1981, p. 61-2).

No capítulo que trata do *Poder transformador da Cruz* - Volume II (1988), no qual Thompson discute a influência do metodismo na formação da classe operária, pude compreender um pouco mais a questão anteriormente proposta, qual seja, o posicionamento do historiador diante das evidências e as perguntas propostas.

Thompson põe em discussão, inicialmente, a tese economicista aceita de que o Metodismo serviu “como auto-justificação ideológica para os padrões - manufatureiros e seus auxiliares” (1988, p.231).

Diversos industriais metodistas [...] poderiam servir de confirmação a esta tese, no princípio do século 19. Contudo ela falha num ponto decisivo, pois precisamente nesta época o Metodismo obteve maior êxito em servir simultaneamente como religião da burguesia industrial ( apesar de compartilhar este terreno com outras seitas heterodoxas) e de amplos setores do proletariado. (1988, p. 232).

Tal argumentação se desenvolve a partir das seguintes perguntas propostas pelo pesquisador:

Como foi possível ao Metodismo prestar este duplo serviço com tão notável êxito? (1988, p.232).

Como se explica a atração exercida por esta religião sobre o nascente proletariado num período de excepcional miséria, considerando-se que as massas não tinham qualquer motivo para se imaginarem iluminadas, que suas experiências no trabalho e nas comunidades favoreciam os valores coletivistas em detrimento dos

individualistas e que sua frugalidade, disciplina ou ganância trariam maior proveito aos patrões do que a eles mesmos? (1988, p. 232-3).

A utilidade do Metodismo enquanto disciplina de trabalho é evidente. Contudo não nos parece fácil compreender o motivo pelo qual tantos trabalhadores demonstraram disposição para se submeterem a esta forma de exploração psíquica. Como foi que o Metodismo conseguiu desempenhar com tamanho êxito o duplo papel da religião dos exploradores e dos explorados? (1988, p. 255).

Na busca das possíveis razões para tal fenômeno Thompson manifesta o papel ativo dos sujeitos no “fazer” de suas experiências. Sujeitos que foram objetos de uma ferrenha doutrinação, mas que não necessariamente se colocaram nesta relação como sujeitos passivos, indiferenciados. Através da religião, nos moldes em que ela se organizava, considera o autor, esses homens e mulheres de setores do proletariado puderam reviver ou substituir antigas tradições comunitárias que, de alguma forma, haviam perdido, o que permitia que tomassem essa religião como sua.

Enquanto dogma, o Metodismo atuava como uma ideologia do trabalho desumano. Na prática, esse dogma foi atenuado e humanizado em graus diversos, ou modificado segundo as necessidades, valores e padrões de relacionamento social de cada comunidade. Afinal, a igreja era algo mais do que um simples edifício ou os sermões e as ordens de seus ministros. Seu espírito também estava incorporado às reuniões de classe, aos grupos de costura, às atividades de coleta de dinheiro e às missões dos pregadores locais que caminhavam várias milhas após o trabalho para desempenhar pequenas funções ou serviços em aldeias distantes, raramente visitadas por ministros. [...] Contudo, permanece relevante o fato do Metodismo, por manter abertas as portas de suas capelas, oferecer de fato aos desamparados e desarraigados pela Revolução Industrial uma espécie de comunidade que substituiu os antigos padrões comunitários suplantados. (1988, p. 261).

Segundo em sua argumentação, Thompson esclarece sua concepção sobre o “processo ativo”. Segundo ele:

Nenhuma ideologia é inteiramente absorvida por seus partidários: na prática, ela multiplica-se de diversas maneiras sob o jugamento dos impulsos e da experiência. Dessa forma, a comunidade da classe operária introduziu nas capelas seus próprios valores e boa vizinhança. Além disso, devemos tentar imaginar que espécie de ídolos e fetiches inacreditáveis representavam todas as genealogias, anátemas e crônicas hebraicas, em confronto com a experiência diária dos tecelões e mineiros. (1988, p. 278).

Thompson vê no extremo autoritarismo do Metodismo o alimento, às vezes, de antíteses libertárias e diz que o “metodismo e suas contrapartidas evangélicas foram religiões de elevada consciência política”. Esse raciocínio ou essa maneira de analisar a

história provoca inúmeras aprendizagens. Ensina a olhar a evidência não por si mesma, mas interpelada pelo pesquisador, pois mesmo os fatos indiscutíveis merecem ser questionados. Ensina também que, implicitamente a qualquer fato, existe uma estrutura de relações sociais que ao mesmo tempo em que alimenta alguns elementos, descarta outros, em que legitima um movimento, inibe outro e que negar essas diversidades, esses conflitos, essas inúmeras facetas de um mesmo fato seria negar a presença ativa dos homens na história, assim como o contexto em que essas relações se estabelecem.

Podem-se reafirmar as observações analisadas, recortando as experiências intelectuais articuladas a uma consciência política de grupos e indivíduos do movimento radical, propostas pelo autor no Volume III (1989). Thompson procura mostrar ao leitor que os trabalhadores, a partir do seu autodidatismo e de suas aprendizagens arduamente obtidas, formaram sua consciência política. Para tanto, descreve vivamente essas situações e sujeitos de aprendizagens:

Pois a primeira metade do século 19, quando a educação formal de grande parte do povo se resumia a ler e escrever e contar, não foi absolutamente um período de atrofia intelectual. As vilas e até as aldeias ressoavam com a energia dos autodidatas. Dadas as técnicas elementares de alfabetização, os diaristas, artesãos, lojistas, escreventes, e mestres-escolas punham-se a aprender por conta própria, individualmente e em grupo. (...); aqui e ali, líderes radicais locais, tecelões, livreiros, alfaiates reuniram pilhas de periódicos radicais e aprenderiam a usar as publicações oficiais do Parlamento; diaristas analfabetos nem por isso deixavam de ir todas as semanas, a um bar onde lia-se em voz alta e discutia-se o editorial de Cobbett. (1989, p. 303 -304).

O autor procura mostrar que, de forma alguma, o analfabetismo excluía os indivíduos do discurso político. As tradições da cultura oral, preservadas pelos “cantadores de baladas” e pelos “discurseiros”, davam um teor radical aos seus monólogos ou cantilenas satíricas. “O trabalhador analfabeto podia andar quilômetros para ouvir um orador radical, da mesma forma como ele (ou outro) andaria para escutar um sermão”. (1989, p. 305).

“Essas evidências relativas à instrução alcançada por operários nas duas primeiras décadas do século servem apenas para mostrar que as generalizações são tolas”, afirma Thompson (1989, p. 306). Tolas por quê? Porque perdem de vista a experiência dos sujeitos que aprendem, vivenciam e elaboram essas experiências nas suas consciências. Porque nas generalizações inclui-se uma grande massa indiferenciada, não havendo espaço para os conflitos e as contradições.

Pode-se perguntar se a preocupação com os equívocos das generalizações não poderia resultar no isolamento dos fatos ou no agrupamento de inúmeros e diferentes indivíduos com um “amontoado de experiências” (1997, p. 12). Essa indagação sugere a discussão de uma última e importante proposição do materialismo histórico, que representa a síntese da obra em análise. Thompson (1981, p. 60) afirma que o historiador, ao trabalhar com a lógica histórica, deve se ater não à observação de fatos isolados, mas a um conjunto de fatos com suas regularidades próprias; à repetição de certos tipos de acontecimentos, à congruência de comportamentos em diferentes contextos; enfim, a evidências de formações sociais sistemáticas e de uma lógica comum de processo.

No capítulo de conclusão da obra *A Formação da Classe Operária Inglesa - Volume III* (1989, p. 438), o historiador explicita desse modo sua proposição:

Essa autoconsciência coletiva foi realmente o grande ganho espiritual da Revolução Industrial, contra o qual deve-se colocar o esfacelamento de um modo de vida mais antigo e, em muitos aspectos, mais humanamente compreensível. [...] Enriquecidos pela experiência do século 17, trazendo pelo século 18 as tradições intelectuais e libertárias que descrevemos, formando suas próprias tradições de mutualismo na sociedade de amigos e no grêmio profissional, esses homens não passaram, numa única geração, do campesinato para a nova vila industrial. Sofreram a experiência da Revolução Industrial como ingleses livres de nascimento com idéias articuladas.

O que se pode depreender desse estudo é o movimento intenso de um pesquisador que procura coerentemente empregar, no seu trabalho de investigação, as operações efetivas da lógica histórica, articulando-as numa totalidade conceitual, que aparece não como uma verdade absoluta, mas como “um conhecimento em desenvolvimento”. Certamente essa lógica não aparece metodologicamente descrita no seu trabalho, porém se evidencia em cada confronto empírico que mobiliza e no modo como se posiciona ante as evidências.

Podemos observar um pesquisador zeloso em suas conclusões, evitando a todo custo tornar-se escravo de suas próprias categorias, ou das categorias “cientificamente” aceitas. No que se refere à categoria de classe social, pode-se analisar seu empenho no sentido de deixar claro que se trata antes de um processo de auto-confecção, no qual homens e mulheres, em relações produtivas determinadas, identificam seus interesses antagônicos e passam a lutar, a pensar e a forjar valores em termos de classe, embora sob condições que são dadas.

No seu trabalho de historiador, também o conceito de dialética deixa de ser entendido como um modelo, ou uma lei, para ser tratado como “um hábito de pensamento ( em opostos coexistentes, ou ‘contrários’) e como expectativa quanto à lógica do processo” ( 1981, p. 129). Desse modo, não se trata de um método, mas de uma prática que se aprende praticando-se. “A dialética não pode ser registrada, nem aprendida de cor. Ela só pode ser assimilada pelo aprendizado crítico dentro da própria prática”, conclui Thompson (1981, p. 129).

Os pesquisadores de hoje, no entendimento de Thompson (1981), estão mais segregados do que nunca em relação à prática, pois trabalham em instituições complexamente estruturadas, suas teorias são compostas por meios que não os da observação e o computador determina a imobilização de suas categorias para atender às suas conveniências. É preciso que o pesquisador resista claramente a essa pressão, mantendo-se atento às seduções do pragmatismo, rejeitando aproximações a um relativismo histórico que exija novas categorias para cada contexto; buscando compreender os acontecimentos para além de sua existência empírica, evitando transformar os fatos numa manipulação generalizada.

### Referências

Thompson, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, Vol. I.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Vol. II.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. Vol. III.